

A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA DE(S)COLONIAL DE ENSINO NA GEOGRAFIA: SUPERANDO A VISÃO EUROCÊNTRICA DA CIÊNCIA

Kathe Ellen Sousa Costa ¹

RESUMO

A colonização deixou marcas na cultura latino-americana, sobretudo, na forma como o conhecimento é produzido, incluindo-se a Geografia Escolar. Já a educação pode ser uma maneira de superação da visão eurocêntrica da ciência, a partir da perspectiva decolonial. Para isso é necessário analisar o conhecimento e (re)produzi-lo a partir de uma visão não submissa ao pensamento colonial. Portanto, baseando-se nesta visão da educação como processo de libertação, este trabalho foi desenvolvido a partir da busca bibliográfica por produções já realizadas na perspectiva decolonial do ensino de Geografia, a fim de refletir possíveis maneiras da adoção do pensamento decolonial na referida disciplina, permitindo uma formação crítica e o fortalecimento do papel da Geografia como ciência capaz de analisar o espaço geográfico e criticá-lo a partir de como se dão as suas relações. É possível trabalhar a Geografia adotando uma nova concepção do mundo que supere os preconceitos impostos na história que conhecemos, que (re)conte a história a partir do lado oprimido, (re)construindo um saber que nasceu com nossos ancestrais e foi esquecido pela colonização e pela colonialidade. Ademais, identificou-se que a Geografia pode assumir o papel de instrumento no processo de de(s)colonização do saber, uma vez que a mesma possibilita ver o mundo a partir de seus saberes, e pode permitir a construção de um novo saber que considere as diferentes raças, culturas, vozes, identidades, reconhecendo a pluralidade do mundo.

Palavras-chave: Decolonial, Educação, Ensino, Geografia.

INTRODUÇÃO

A história de um povo é o ponto de partida para o desenvolvimento do conhecimento destes acerca do mundo, essa mesma história influenciará na forma como estes interpretam a realidade, portanto, a vivência é uma ferramenta indispensável na aprendizagem, seja ela acadêmica, escolar, ou mesmo de senso comum. Entretanto, o que percebe-se é que o ensino básico, e/ou acadêmico, incontestavelmente, por muito tempo apagou estas experiências, não dando espaço aos ensinamentos dos povos originários, perpetuando um ensino baseado em conhecimentos eurocêntricos.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, kathesousa.costa@gmail.com;

Em busca de romper com a ideia de cultura colonial, que conserva estereótipos e fortalece preconceitos, surgiram grupos pelo mundo que dão embasamento ao surgimento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) nas universidades da América Latina, em meados de 1990, formado por intelectuais latino-americanos, levando ao movimento chamado de “giro decolonial”, que serviu como maneira deste grupo de expressar o seu pensamento de transpor com a submissão a colonialidade.

Considerando a perspectiva proposta pelo giro decolonial, é preciso superar, e até mesmo romper com aquilo que vem de conhecimento europeu, uma vez que parte deste saber surge de uma premissa de dominação do conhecimento, portanto, é criado ao desejo e objetivo daqueles que se colocaram na posição de dominadores do saber.

Para isto, entende-se como necessário uma reforma dentro das salas de aula, adotando uma prática docente que se baseie em princípios decoloniais, e leve os sujeitos a refletirem sobre a relevância dos povos tradicionais e de seus conhecimentos, permitindo assim uma valorização da cultura destes, em busca da emancipação dos povos, e deste rompimento com ideais colonizadores.

Seguindo na perspectiva do giro decolonial, este artigo tem como objetivo revisar trabalhos e analisar a maneira como a Geografia enquanto disciplina escolar pode ser trabalhada em busca da superação do sistema de ensino baseado na concepção do conhecimento produzido de maneira colonial.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, a partir do levantamento de fontes secundárias, selecionando produções com abordagem ao conceito de decolonialidade, sobretudo, sua ênfase no ensino, além disto, a relação da perspectiva decolonial com a Geografia, a partir de pesquisas em bases de dados como o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave (e descritores) decolonialidade/descolonialidade, ensino, Geografia e educação.

Além dos trabalhos encontrados em periódicos, a obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, serviu como fonte importante no desenvolvimento da ideia a ser defendida durante a elaboração da pesquisa. Dessa forma, é relevante considerar que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que está posto em outras produções sobre o assunto, mas a possibilidade de mais uma visão acerca do tema em destaque.

REFERENCIAL TEÓRICO

Paulo Freire em sua clássica obra *Pedagogia do Oprimido*, de 1968, aponta o caráter libertador da educação, como forma de superar o sistema opressor. O sistema opressor ao qual o mesmo se refere é ao social composto por uma elite que oprime, sobretudo, a classe dominada, formada principalmente pelos trabalhadores e pessoas de baixa renda, que Freire denomina de oprimidos. A ideia central da pedagogia do oprimido, é a possibilidade de libertação dos oprimidos a partir da educação, que deve superar o sistema de educação bancário, aquele que vê os alunos como depósitos de informações definidas a partir dos desejos da elite, uma vez que o sistema não visa criar sujeitos pensantes, e sim, mais mão de obra qualificada de maneira técnica.

Paulo afirma que é importante considerar a realidade em que os sujeitos estão inseridos, pois é a partir de suas vivências que a compreensão do mundo se dará de maneira significativa, uma vez que a educação é a busca pela consciência do povo.

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (FREIRE, 1974, p. 120)

Outra concepção importante na obra do Paulo Freire é sobre a ação antidialógica que os opressores adotam no processo de educação, esta ação possui características definidas pelo autor, que são a conquista dos oprimidos, a divisão dos povos para manter a opressão, a manipulação destes, e por fim, a invasão cultural, dimensão importante a se considerar neste trabalho. É a partir da invasão cultural que os opressores impõem a sua visão de mundo aos oprimidos, e passam a “modelar” a forma de viver destes sujeitos, afirmando que a cultura dos dominados é inferior à dos dominadores. É neste processo de invasão da cultura que se dão as colonizações e seu produto, a colonialidade.

Luciana Ballestrin em seu artigo *Giro Decolonial*, de 2013, traz um aporte histórico e teórico do que motivou o nascimento do Grupo M/C e qual a sua premissa. A ideia de dar voz ao povo colonizado surge anteriormente com o Grupo de Estudos Subalternos, que nasceu na Ásia, posteriormente, nos Estados Unidos é adotado por estudiosos latinos-americanos que dão origem ao Grupo de Estudos Subalternos da América-Latina, porém são levados a um processo de questionamento de suas práticas, uma vez que, lutando contra a opressão dos colonizadores, permitem que intelectuais como Deleuze e Foucault, europeus, falem pelos

subalternos. Quando um opressor fala em nome do oprimido, tira do oprimido o seu lugar na sua luta.

Portanto, Ballestrin afirma que apesar de se inspirar no movimento indiano, o M/C aponta para a necessidade de se considerar a realidade latino-americana, é preciso entender que estes passaram por diferentes processos de colonização. Outro fator importante, é que o Grupo de Estudos Subalternos da América Latina surgiu nos EUA, mas é necessário que se desvincule deste, pois na atualidade, o mesmo é potência, portanto, assume papel de opressor, e atualmente os Estados Unidos exercem a função colonizadora a partir do poder hegemônico que praticam sobre os países de 3º mundo.

É preciso entender que o colonialismo existe a partir de um cenário criado para a sua validação, portanto, quando se repassa uma visão, sobretudo social, de uma determinada realidade a partir daqueles que a colonizaram, esta perspectiva estará contaminada desta visão colonialista, consequentemente não retrata com fidelidade a realidade dos sujeitos. Ballestrin afirma que o Grupo M/C faz um trabalho interdisciplinar e coletivo, o que permite uma leitura analítica da realidade latino-americana, com isto:

Projeta sua importância para o mundo e para a América Latina, renovando utopia e crítica nas ciências sociais latino-americanas. Sua proposta é ao mesmo tempo provocativa e desconfortável, dado o tom de indeferimento radical às conquistas do passado via liberalismo e marxismo e às influências de escolas que o permitiram, afinal, existir. Essa sensação deve-se ao fato de que seus autores dialogam de uma maneira seletiva com os nomes clássicos – modernos e contemporâneos – das ciências sociais e da filosofia, geralmente, apontando suas deficiências na cobrança de um elemento (colonial) sobre o qual o próprio contexto demandava iluminação. Entretanto, uma de suas estratégias consiste mesmo na revisão do que é considerado clássico. (BALLESTRIN, 2013, p. 110)

Ademais, é preciso entender que a perspectiva decolonial do Grupo M/C não nega o conhecimento clássico, mas reconta a mesma, adicionando a visão dos povos originários latino-americanos. Entretanto, Ballestrin, alerta para o caso do Brasil, que não tem autores vinculados ao Grupo M/C, e que é tratado como apartado da América Latina em suas análises. Parte disso é também devido à colonização portuguesa sobre o Brasil, e por fim, a autora convida os teóricos brasileiros a dialogarem juntamente com o giro decolonial.

É preciso antes de tudo, entender a forma como a educação se desenvolve dentro dos espaços colonizados. O modo como o opressor introduziu seu ensino para os povos tradicionais, afastou os mesmos de seus saberes, levando a “perda da língua, a fragmentação da cultura e o enfraquecimento identitário de diversos povos tradicionais” (SANTANA FILHO; CHIAPETTI, 2017, p. 195), uma vez que para exercer seu poder, era necessário enfraquecer o laço identitário do povo colonizado.

Considerando isto, e o surgimento de movimento sociais buscando a valorização dos povos tradicionais, a luta pelas escolas indígenas com professores e gestores indígenas, Santana Filho e Chiapetti (2017) indicam a importância de levar a discussão para as salas de aula, principalmente de Geografia, uma vez que os conceitos desta ciência estão atreladas às vivências dos sujeitos, e ver a Geografia a partir do conhecimento dos povos tradicionais, é romper com o modo de ciência eurocêntrico e nortista.

Suess e Silva (2019) apontam para as heranças deixadas pelo processo de colonização das Américas, e que demonstram o não rompimento com o eurocentrismo, tendo entre essas principais, o racismo, o machismo, o coronelismo, o patriarcalismo, a estrutura social, e a concentração de terras. Relembrem que “desde a colonização, o direito e o poder foram pautados em uma legalidade racista e discriminatória. Houve, portanto, uma contínua reprodução da segregação presente na história da formação social política do Brasil” (SUESS e SILVA, 2019, p. 3), portanto, é preciso lembrar sempre, que é esta estrutura que permite a perpetuação da colonialidade, e que se precisa superar na busca pela educação emancipatória.

Todavia, para que ocorra a liberdade a partir da educação, é preciso compreender que essa assume o papel opressor, uma vez que a mesma busca atender a uma demanda social, que dependerá da classe em que se está inserida, entretanto, sempre voltada a capacitação dos sujeitos para o mercado de trabalho. Para os abastados, formas de ingressar cada vez mais em postos superiores, enquanto para os sujeitos de classes baixas, é uma maneira de capacitar-se tecnicamente para adequar-se ao mercado de trabalho, desconsiderando que a educação e escola possuem uma função política.

Como forma de contribuição na construção de um pensar e fazer Geografia em sala de aula a partir de uma perspectiva decolonial, Suess e Silva (2019) elencam uma lista de “pontos primordiais”, que permeiam entre pontos como: o resgate de autores latino-americanos e brasileiros, africanos e asiáticos; abordar o entendimento de que a América como continente colonizado é fundamental no desenvolvimento do que se tornou a Europa; desmistificar a Europa como centro do mundo; trazer à tona o genocídio das minorias políticas no projeto de mundo moderno; valorização dos saberes dos povos subalternos e tradicionais; questionar o modelo de dominação do poder; propor uma nova análise dos conceitos geográficos a partir de uma perspectiva decolonial; entre outros pontos relevantes.

Tino e Ferreira (2021), falam sobre a decolonização a partir do ensino de Geografia, e como a Geografia é relevante no processo de decolonização do saber, para isso, apontam maneiras de se trabalhar a partir da ciência geográfica, estabelecendo uma abordagem dos fatos para além dos acontecimentos, mas também considerando os seus impactos. Isto porque

os conceitos não dão conta de explicar como as desigualdades causadas pelo processo de colonização continuam a impactar na configuração das sociedades, principalmente dos países subdesenvolvidos ou periféricos.

Portanto, Tino e Ferreira (2021, p. 43) sinalizam sobre a importância de que “professores e estudantes de Geografia tenham a responsabilidade de implementar um ensino decolonial, pois o mesmo é um importante instrumento, uma ferramenta de tomada de consciência da verdadeira história de dominação e escravidão dos povos”, uma vez que estes propõem um ensino de Geografia com abordagem da colonialidade, e como a mesma se perpetua na atualidade.

Franco (2022), afirma que o modelo de educação ao qual estamos inseridos ainda traz marcas do período jesuítico, e que o ensino é “elitista, enciclopédico, com objetivos de mera ilustração e boa memorização e com métodos pedagógicos autoritários e disciplinadores” (FRANCO, 2022, p. 4), e reforça que mesmo com o passar do tempo, com a retirada da escola do poder religioso, essa ainda continuou a refletir os ideais impostos pela elite religiosa que habitava o Brasil, e que se perpetuou além do tempo, do ensino básico ao superior, impedindo que os sujeitos compreendam a realidade na qual estão inseridos, indo na contramão da proposta de Paulo Freire de uma educação emancipadora.

É preciso que o fazer educação também seja de(s)colonial, que a didática adotada supere o modelo perpetrado pela elite, para fazer uma educação de(s)colonial a partir da perspectiva defendida por Franco (2022, p. 18) é necessário “adotar outro pensar/fazer pedagógico”. Deste modo:

Essas análises carecem de um olhar profundo à didática e indicam: a necessária e fundamental presença didática nos processos de formação, uma didática crítica, intercultural, multidimensional e focada em uma nova forma de considerar o ensino: decolonizada e crítica. (FRANCO, 2022, p. 18)

Destarte, entende-se a importância de como a formação do professor tem sido realizada. É preciso entender que o educador é o sujeito que deve ser capaz de orientar e ajudar o povo em busca de seu processo de emancipação, porém para que este objetivo seja trabalhado, é necessário que o modelo de formação docente seja repensada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação tem um papel fundamental no processo de libertação do povo, e para que o professor assuma o papel de educador que lhe foi confiado, é necessário que o seu processo de formação seja pensado para permitir antes de tudo, que este tenha compreensão da

importância da sua função no caminho para a emancipação do povo, somente um educador consciente poderá guiar seus alunos.

Quando falamos em de(s)colonização do ensino, estamos adotando uma perspectiva que tem como objetivo maior romper com aquilo que é hegemônico, uma vez que a colonização não é apenas um processo territorial físico, a colonização se apresenta na “tripla dimensão” do saber, poder e no ser, de acordo com Ballestrin (2013), portanto, é preciso partir da valorização do que é vindo dos povos tradicionais e originários, em superação ao que vem de fora. Este rompimento não é uma negação do conhecimento já existente, mas deve ser uma maneira de levar a uma nova perspectiva do saber.

Nenhum conhecimento deveria ser desvalorizado, porém, precisam ser repensados considerando a forma como se originaram e como foram repassados. Os modelos de educação implantados nos processos de colonização, a partir dos conhecimentos dos colonizadores, levaram a um processo de desvalorização cultural, que ainda segue enfraquecendo a cultura tradicional, possibilitando a manutenção do poder eurocêntrico e nortista.

Portanto, percebe-se que para superar a ciência com visão eurocêntrica é preciso (re)contar a história, (re)produzir o conhecimento, e além de tudo, (re)construir o saber a partir de um viés decolonizado. E quando se fala no (re)contar, (re)produzir e (re)construir, é sobre adicionar ao conhecimento produzido e perpetrado, o conhecimento basilar tradicional, é sobre contar a versão colonizadora, mas também adotar uma perspectiva que aborda a versão do colonizado, do escravizado, do oprimido.

Com isto, a Geografia tem papel relevante, pois a mesma se debruça sobre o estudo do espaço geográfico, onde se dão as relações. A mesma pode levar os sujeitos a pensarem a sociedade de maneira crítica, e portanto, para fortalecer a Geografia como ciência que visa romper com a colonialidade, pode-se adotar estratégias de ensino a partir de perspectivas decoloniais, para além das citadas por Suess e Silva (2019) a utilização de ferramentas de origem nacional como filmes, músicas, artistas locais, podem ser meios de se permitir os alunos pensarem de maneira local - global, e este movimento já é por si, decolonial.

Deve-se retornar também àquilo que Paulo Freire defendeu em seu pensamento e que lhe auxiliou no seu método de alfabetização, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. É necessário validar os conhecimentos prévios dos alunos e levar sua realidade para a sala de aula, este movimento dentro da educação permite uma valorização da cultura e conhecimentos locais, buscando enfraquecer o modelo de opressão.

A educação deve ser pensada e executada de maneira a permitir que os sujeitos se entendam como produtores do seu espaço e realidade, que compreendam que a história de

seus antepassados é relevante na construção do mundo, que determinados problemas sociais são fundamentais na manutenção do poder, que a luta e a busca por justiça social é válida, e faz parte do conhecimento que deve ser levado ao povo. Sendo estes, pontos que podem ser explicados através dos conceitos geográficos, como apontam Suess e Silva (2019).

Ademais, os autores aqui abordados, reforçam a importância da decolonização a partir da forma como o conhecimento é produzido e reproduzido, portanto, quando se fala em decolonizar o processo de ensino, a base deve ser a prática docente. É fundamental que o professor tenha um olhar e fazer pedagógico aportado numa prática que vise um projeto de ensino decolonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas levam a compreender que a Geografia como ciência é fundamental e essencial na busca da decolonização da sociedade, porém para que possamos caminhar nesta perspectiva, é preciso que antes de tudo, haja a decolonização da prática docente, que pode ser iniciada por pequenos movimentos como a adoção de produções locais como filmes, músicas, artes, e até mesmo nas fotografias, dentro do espaço escolar, favorecendo o conhecimento do local, e posteriormente a concepção do mundo. Mas também a utilização de uma visão crítica sobre o mundo.

A Geografia tem o poder de levar os sujeitos a refletirem o mundo, e portanto, quando um professor se dedica a (re)produzir o conhecimento baseando-se na valorização cultural, este movimento pode levar ao surgimento de novos sujeitos conscientes de seu lugar no mundo e sua força transformadora neste.

É preciso considerar que não é fácil decolonizar o ensino, principalmente quando se fala do contexto da educação brasileira, que continua a perpetuar ideais colonizadores, e ainda é voltada para o desenvolvimento intelectual das elites, e formação de mão de obra técnica e barata para os mais pobres. Entretanto, a Geografia tem força e potencial decolonizador, a mesma pode assumir o papel de instrumento no processo de de(s)colonização do saber, uma vez que esta possibilita ver o mundo a partir de seus saberes, e pode influenciar no desenvolvimento de um novo saber que considere as diferentes raças, culturas, vozes, identidades, reconhecendo a pluralidade do mundo.

Ademais, compreende-se que o processo para a decolonização da ciência é longo, árduo e pode ser lento, uma vez que continuamos a ser oprimidos pelo sistema, e romper com este pode ser difícil, visto que somos engolidos dia após dias pelas suas demandas. Porém é



função social do educador orientar os sujeitos em busca de sua emancipação, e para isto é preciso que nós, como educadores, das mais diversas áreas do conhecimento, estejamos conscientes e firmes do nosso papel transformado.

Conclui-se reforçando que a Geografia é uma das melhores formas de se iniciar a decolonização da educação, e que precisamos decolonizar a prática docente antes de tudo, portanto, é necessário trabalhar para além das salas de aula do ensino básico, mas cobrando das instituições de ensino superior um currículo diversificado, voltado a pluralidade do mundo, que valorize sobretudo o conhecimento produzido localmente, levando a análises e conhecimentos que partam daqueles que vivenciaram a realidade para produzir o conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 89-117, 2013
- FRANCO, M. A. S. Por uma didática decolonial: epistemologia e contradições. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 48, n. contínuo, p. e240473, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248240473 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/195964>. Acesso em: 8 set. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- SANTANA FILHO, Aderbal Pereira; CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. O ensino de geografia na escola indígena: percebendo os olhares. In: TRINDADE, Gilmar Alves. (Org.). **Geografia e Ensino: Dimensões Teóricas e Práticas Para a Sala de Aula**. Tradução: . Ilhéus: Editus, 2017. p. 193-218, ISBN: 9788574554310.
- SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 23, p. e7, 2019. DOI: 10.5902/2236499435469. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>. Acesso em: 5 set. 2022.
- TINO, M. J. S.; FERREIRA, E. DECOLONIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA. **Revista de Comunicação Científica**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 37-44, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/5550>. Acesso em: 5 set. 2022